

Honorários advocatícios foi o assunto mais demandado no TRT-15 em 2022

**Reportagem publicada no [Anuário da Justiça São Paulo 2024](#), lançado nesta segunda-feira (18/3). A versão digital é gratuita, acesse pelo site do [Anuário da Justiça](#) ([clique aqui para ler](#)). A versão impressa está à venda na [Livreria ConJur](#) ([clique aqui](#)).*

A Justiça do Trabalho está diante do desafio de entender os questionamentos e aplicar teses inovadoras sobre as novas formas de trabalho e de relação de emprego. Enquanto vive essa transição conceitual, continua lidando com as velhas demandas que seguem em marcha batida. Como lembra o presidente do TRT-15, desembargador Samuel Hugo Lima, os processos mais recorrentes no tribunal são temas básicos como o pagamento de horas extras e outras demandas presentes na rescisão do contrato de trabalho além de situações que já deveriam ter sido banidas da sociedade, como as causas referentes ao trabalho em condições análogas à escravidão ou trabalho infantil.

O tribunal condenou a construtora Viasol e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) a pagarem indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 200 mil, ao julgar ação coletiva que apurou denúncia de trabalho análogo à escravidão. Ele relatou que a empresa não cumpria com pagamentos, nem garantia direitos relacionados às condições de trabalho e alojamento de seus empregados. Inclusive, chegou a proibir os trabalhadores de voltarem para seus estados de origem. A questão ainda está em recurso no Tribunal Superior do Trabalho.



Anuário da Justiça São Paulo foi lançado na semana passada

DIREÇÃO MANDATO: 9/12/2022-8/12/2024**Samuel Hugo Lima | PRESIDENTE****José Otávio de Souza Ferreira
VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO****João Alberto Alves Machado
VICE-PRESIDENTE JUDICIAL****Rita de Cássia Penkal Bernardino
de Souza | CORREGEDORA REGIONAL****Manoel Carlos Toledo Filho
VICE-CORREGEDOR REGIONAL**

O tribunal lida ainda com ações impetradas no auge da crise sanitária decorrente da epidemia de covid-19, em 2020. “A pandemia colocou os cuidados com a saúde e o ambiente do trabalho no centro das discussões nos últimos três anos. Recebemos muitas demandas relacionadas à crise sanitária, o que acelerou o processo de transformação do trabalho por meio do uso de novas tecnologias”, avalia Lima.

Neste contexto, o TRT-15 analisou casos de trabalhadores que contraíram a doença, mesmo que não fosse em ambiente hospitalar. Com base em precedente assentado pelo Supremo Tribunal Federal, o tribunal considerou como doença ocupacional o caso da enfermeira de

uma empresa contaminada pelo vírus durante o trabalho. Foi fixada indenização de R\$ 10 mil por danos morais em razão do adoecimento e sequelas decorrentes da covid-19, além de indenização a título de danos materiais pelos gastos comprovados no processo com o tratamento da moléstia. A empresa recorreu contra a decisão ao TST.

O gradual retorno à normalidade dos trabalhos com o esmorecimento da crise provocada pela covid-19 teve um impacto negativo na segunda instância. De 2021 para 2022, o volume de processos novos no tribunal cresceu 20%. Mesmo julgando 6% a mais de processos em 2022, os desembargadores não conseguiram impedir que o acervo de processos pendentes crescesse 19%. Já na primeira instância, o acervo diminuiu notáveis 10%, graças a uma menor pressão de demanda e a uma resposta mais produtiva dos juízes. “Juízes e servidores das varas do trabalho solucionaram 14% a mais de conflitos em 2022 em relação ao ano anterior. Fechamos com 192 mil processos pendentes de solução na fase de conhecimento”, relata Lima.

No ranking de assuntos que chegaram ao TRT-15 em 2022 destaca-se as demandas relacionadas a honorários na Justiça do Trabalho com 54.283 registros seguida de perto pelas verbas rescisórias,

TRT-15 EM NÚMEROS

	2022
Sede	Campinas
Municípios	599
População	23,5 milhões
Desembargadores	55
Varas	153
Juízes	330
Servidores	1.459
Arrecadação	R\$ 622 milhões
Valores pagos	R\$ 5,3 bilhões
Orçamento	R\$ 1,9 bilhão

Fonte: TST/RGJT 2022

com 54.204.

No período de pandemia, algumas varas do interior tiveram uma queda tão expressiva de casos, que quase foram encerradas em 2022. A extinção é prevista na Resolução 296/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para as varas que apresentarem distribuição processual inferior a 50% da média de casos novos do respectivo tribunal nos últimos três anos. No entanto, a seccional paulista da OAB pediu para considerar o fato de que a entrada de novos processos foi prejudicada pelo isolamento. Com isso em mente, foram feitos alguns ajustes. Assim, a Vara do Trabalho de Rancharia, que tinha pouca movimentação processual, foi extinta e criada a 5ª unidade em Jundiaí, que tem um dos fóruns mais movimentados do interior.

MOVIMENTO PROCESSUAL		
2ª INSTÂNCIA	2021	2022
Processos recebidos	122.995	148.094
Processos julgados	125.861	133.539
Acervo	51.831	61.847
1ª INSTÂNCIA		
FASE DE CONHECIMENTO		
Processos recebidos	211.546	229.167
Processos julgados	217.427	248.616
Acervo	213.344	192.061
1ª INSTÂNCIA		
FASE DE EXECUÇÃO		
Processos iniciados	82.503	80.871
Processos desarquivados	10.718	12.764
Execuções encerradas	61.812	65.638
Execuções pendentes	230.703	230.703

TST/Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021 e 2022

De acordo com o Relatório Geral da Justiça do Trabalho de 2022, publicado pelo TST, tramitaram pelas varas da 15ª Região naquele ano, 248 mil processos. Deste total, 93 mil (37%) terminaram em conciliação. Dos 133 mil processos (53%) que foram a julgamento de mérito, 106 mil (80%) foram consideradas total ou parcialmente procedentes, ou sejam, em algum ponto foram favoráveis aos trabalhadores. Os patrões levaram a melhor em 27 mil processos (20%). Não chegaram a ser julgados no mérito 22 mil processos (10%).

A fase de execução continua sendo um gargalo intransponível para a 15ª Região, assim como é não só para toda a Justiça do Trabalho como para a Justiça brasileira em geral. Entre novos processos e processos que foram reabertos, tramitaram 93 mil casos de execução nas varas

da 15ª Região, mas apenas 65 mil foram encerradas.

O presidente defende que o tribunal, no entanto, sabe agir com criatividade para fazer a roda girar. “Cada um dos 55 desembargadores do TRT-15 julgou, com auxílio de juízes convocados e servidores, mais de 2.400 processos em 2022”, avalia Lima. Ele comemora, ainda, o fato de que de cada 100 processos solucionados em 2022, 37 foram encerrados com acordos entre as partes. “Nos últimos quatro anos atingimos o estabelecido pela meta 3 do Conselho Nacional de Justiça [Meta 3: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%]. A 15ª possui magistrados e servidores extremamente engajados na arte de conciliar, que representa uma das bases estruturantes da Justiça do Trabalho. Por meio do diálogo construtivo, as partes procuram resolver o litígio da forma mais benéfica para ambas, sem necessidade de recorrer a uma solução judicial”, avalia o presidente.

O tribunal desenvolve diversas atividades para promover a conciliação. Uma delas é um projeto itinerante coordenado pela vice-presidência chamado “Conciliar é Trabalhar de Mãos Dadas”. “Ele leva o Judiciário Trabalhista aos focos geográficos dos conflitos mais recorrentes no âmbito do setor de recurso de revista”, explica Lima. Dividido em duas etapas, o projeto consiste na promoção de encontros estratégicos nas principais cidades do interior paulista para difundir a cultura da conciliação e, posteriormente, na realização de audiências. Segundo o tribunal, o índice de acordo nesses eventos é acima de 50%.

TEMPO DE ESPERA

Prazo médio entre início do processo e primeiro julgamento

Primeira Instância	441 dias
Segunda Instância	170 dias

Fonte: DataJud/CNJ em 28/8/2023

ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS | TRT-15

	2022
Honorários na Justiça do Trabalho	54.283
Verbas Rescisórias	54.204
Adicional de Insalubridade	53.538
Multa de 40% do FGTS	52.059
Horas Extras	51.438
Multa do Artigo 477 da CLT	48.681
Indenização por Dano Moral	40.253
Adicional de Horas Extras	39.103
Multa do Artigo 467 da CLT	38.305
Intervalo Intra jornada	38.291

Fonte: TST/RGJT 2022

Nesse período, um das ações que o TRT-15 destaca foi solucionada no Cejusc (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas) de Taubaté. Em março, foi homologado, em uma audiência telepresencial, um acordo firmado entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região e a Volkswagen do Brasil no valor de R\$ 8,8 milhões. Desse montante, R\$ 7,7 milhões vão a 11 trabalhadores que receberão valores devidos a título de adicional de periculosidade e seus reflexos, além de diferenças de FGTS.

Os valores homologados por intermédio da Conciliação em 2022 passaram dos R\$ 2,7 bilhões. Segundo o presidente, o TRT-15 foi o tribunal que garantiu a maior soma de valores pagos aos trabalhadores que procuraram o

Judiciário em busca de reparação por algum direito laboral violado em 2022.

“De janeiro a dezembro, foram R\$ 5,34 bilhões, quase 15% dos R\$ 38,79 bilhões destinados pelos 24 TRTs, de acordo com dados do Tribunal Superior do Trabalho. Na segunda e na terceira colocação aparecem os TRTs da 2ª (SP) e 1ª (RJ) Regiões, com R\$ 5,25 bilhões e R\$ 4,82 bilhões”.

Argentina
NO TRIBUNAL
No image found
ORIGEM: Magistratura
ATRIBUIÇÕES
▶ Órgão Especial

CARREIRA
▶ For. corregedor regional (2010-2010)
▶ Desembargador do TRT-15 (desde 2008)
▶ Juiz do Trabalho (1989-2008). Atuou em Jaboticabal, Jaú, Hortolândia e Campinas
ATIVIDADE ACADÊMICA

mestre em Processo Civil pela Unip (2005)
▶ Professor na PUC-Campinas; na Unasp e na Unip-Campinas
CONTATO
☎ (19) 3731-1651
@ presidencia@trt15.jus.br



VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

JOSÉ OTÁVIO DE SOUZA FERREIRA

Nasceu em 28/4/1962, em Itapira (SP)

NO TRIBUNAL
POSSE: 7/6/2010
ORIGEM: Magistratura

ATRIBUIÇÕES
▶ Órgão Especial
▶ 2ª Seção de Dissídios Individuais
▶ 2ª Câmara

CARREIRA
▶ Desembargador do TRT-15 (desde 2010)
▶ Juiz do Trabalho (1993-2010). Atuou em Franca e Mogi-Guaçu

ATIVIDADE ACADÊMICA
▶ Bacharel em Direito pela USP (1984); com especialização em Direito Processual pela USP; mestre em Economia Social e

do Trabalho pela Unicamp
▶ Professor de Direito da USF-Bragança Paulista e da Faculdade de Direito de São João da Boa Vista.

CONTATO
☎ (19) 3236-2100 Ramal 1061/1062
@ vicepresadm.2grau@trt.jus.br



VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO

Nasceu em 1962, em São Paulo

NO TRIBUNAL
POSSE: 2010
APOSENTADORIA: 2037
ORIGEM: Magistratura

ATRIBUIÇÕES
▶ Órgão Especial
▶ Seção de Dissídios Coletivos
▶ 10ª Câmara

CARREIRA
▶ Juiz do Trabalho (1990-2010). Atuou em São José do Rio Preto e Araçatuba.

ATIVIDADE ACADÊMICA
▶ Bacharel em Direito pela USP (1985)

CONTATO
☎ (19) 3731-1661
@ vpj@trt.jus.br



CORREGEDORA REGIONAL

RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA

Nasceu em 2/7/1963, em Campinas (SP)

NO TRIBUNAL
POSSE: 8/6/2010
ORIGEM: Magistratura

ATRIBUIÇÕES
▶ Órgão Especial

▶ 1ª Seção de Dissídios Individuais
▶ 4ª Câmara

CARREIRA
▶ Juíza do Trabalho (1990-2010)

ATIVIDADE ACADÊMICA
▶ Bacharel em Direito pela PUC-Campinas

(1985)
▶ Foi professora na Faculdade de Direito de Pinhal

CONTATO
☎ (19) 3236 2100 Ramal 1081
@ corregedoria@trt15.jus.br



VICE-CORREGEDOR

MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO

Nasceu em 12/5/1965, em Campinas (SP)

NO TRIBUNAL
POSSE: 8/6/2010
ORIGEM: Magistratura

ATRIBUIÇÕES
▶ Órgão Especial
▶ 2ª Seção de Dissídios Individuais

▶ 4ª Câmara
CARREIRA
▶ Desembargador do TRT-15 (desde 2010)
▶ Juiz do Trabalho (1990-2010). Atuou em São José do Rio Preto, Matão, Santa Bárbara do Oeste, Paulínia e Campinas.

ATIVIDADE ACADÊMICA

▶ Bacharel (1987), mestre (1994) e doutor (2005) em Direito pela USP
▶ Professor da PUC-Campinas, Uniara, EPDS, Universidade Nacional de Córdoba (Argentina) e USP

CONTATO
☎ (19) 3236-2100 Ramal 1081
@ corregedoria@trt15.jus.br



Fotos: Divulgação/TRT-15

: 2179244-5

Número de páginas: 332

Versão impressa: R\$ 50, pré-venda na Livraria ConJur

Versão digital: disponível gratuitamente, a partir de 18 de março de 2024, no app “Anuário da Justiça” ou pelo site anuario.conjur.com.br

Anunciaram nesta edição:

Abreu Sampaio Advocacia

Adilson Macabu e Nelson Pinto Advocacia

Advocacia Rubens Ferreira e Vladimir Oliveira da Silveira

Antonio de Pádua Soubhie Nogueira Advocacia

Apamagis – Associação Paulista de Magistrados

Areosa, Martins, Tavares Advogados

Arruma Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia

Basilio Advogados

Bialski Advogados Associados

Bottini & Tamasauskas Advogados

Caselli Guimarães Advogados

Cesa – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados

D’Urso & Borges Advogados Associados

Décio Freire Advogados

Dias de Souza Advogados

Fernando José da Costa Advogados

Fidalgo Advogados

Fontes Tarso Ribeiro Advogados Associados

Fux Advogados

Guimarães Bastos Advogados

Heleno Torres Advogados

Hesketh Advogados

JBS S.A.

Laspro Consultores

Leite, Tosto e Barros Advogados

Lemos Jorge Advogados Associados

Lollato, Lopes Rangel, Ribeiro Advogados

Machado Meyer Advogados

Marsaioli & Marsaioli Advogados Associados

Martins, Franco e Teixeira Sociedade de Advogados

Mesquita Ribeiro Advogados

Milaré Advogados

Moraes Pitombo Advogados

Multiplan

Oliveira Alves Advogados

Oliveira Lima & Dall’Acqua Advogados

PX Ativos Judiciais

Pardo Advogados & Associados

PMA – Penna Marinho Advogados

Regis de Oliveira, Corigliano e Beneti Advogados Associados

RMS Advogados – Rocha, Marinho e Sales

Sergio Bermudes Advogados

Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados

Tojal Renault Advogados

Warde Advogados

Zanetti e Paes de Barros Advogados

Date Created

28/03/2024